

## Parte 2 - Vertentes diferenciadas do comportamento judaico brasileiro

### 3º capítulo - Política e comportamento judaico

#### 3.2 Militância política dos judeus brasileiros

Judeus e Estado no Brasil: repensando o conceito de integração

Esther Kuperman

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KUPERMAN, E. Judeus e Estado no Brasil: repensando o conceito de integração. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 712-725. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Judeus e Estado no Brasil: repensando o conceito de integração

*Esther Kuperman*<sup>1</sup>

Quem controla o passado,  
controla o futuro, quem controla  
o presente, controla o passado.  
(1984. George Orwell)

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e a comunidade judaica no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, a partir de fontes existentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A documentação produzida pela polícia política, através de seus órgãos DESPS, DPS, DOPS e DGIE, possui valor inestimável, tanto para o estudo da história da comunidade judaica no Rio de Janeiro quanto para entendermos a maneira como o Estado brasileiro observava e analisava esta mesma comunidade desde as primeiras décadas deste século.

Nossa compreensão da história possui como referência um espaço e um tempo. É mediada pelas ideias que nos formaram e pelas opções ideológicas que nos atrevemos a assumir. O reconhecimento da identidade com os fatos e da proximidade com as fontes a serem utilizadas não significa que possamos nos confundir com o objeto, abrindo mão do discurso histórico. Pretendemos, em verdade, chamar a atenção para a necessidade da reconstituição de episódios da nossa História recente que dizem respeito às relações entre duas identidades nacionais distintas, convivendo em um mesmo território, por força de circunstâncias diversas e que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para as ideias que pretendem definir a nação brasileira. Na medida em que o historiador também é parte deste contexto, por se encontrar imerso na sua comunidade nacional, ele é também parte deste processo. Recuperar estes episódios e transformá-los em uma reflexão sobre os conflitos existentes entre

---

<sup>1</sup> Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008).

estes dois grupos sociais pode ser um importante instrumento para entendermos a natureza das questões que produzem as identidades nacionais e suas vinculações com o Estado.

A concepção de uma nacionalidade brasileira composta por um amálgama de nações, fruto de um feliz entrelaçamento cultural, histórico e até religioso, ignorando os conflitos produzidos pela existência de diferenças étnicas já não é mais consenso entre a maior parte dos historiadores. Faz-se necessário, então, produzir uma versão da História que se distancie de um discurso ideológico, o que torna inevitável a busca de outras fontes e de fatos ainda não abordados, abrindo caminho para a produção de novas interpretações que possam contestar a representação vigente de “paz social” e “paraíso das raças”, recuperando a história daqueles cuja memória pretendia-se eliminada.

No texto de Tuadides que acabo de comentar, há uma palavrinha que, que eu saiba, não chamou a atenção dos exegetas: é a palavra ‘cada um’. Quando os espartanos decidiram fazer os hilotas que se haviam destacado desaparecer, sua decisão dizia respeito a uma coletividade cujos contornos eles próprios haviam delimitado com a participação de suas vítimas, mas cada morte, evidentemente, era individual. Cada vítima tinha sua própria história, e sempre ignoraremos como a morte era administrada: individualmente, coletivamente ou em pequenos grupos. A última hipótese é, porém, a mais provável, pois mais bem adaptada às técnicas da época, artesanais e não industriais. De qualquer forma, as fontes de que o historiador dispõe são incontornáveis, e sempre caberá a ele interpretá-las<sup>2</sup>.

A noção da integração dos judeus no Brasil, alvo de intensos debates na historiografia contemporânea, teria como justificativa a ideia de que, ao adquirirem uma cidadania jurídica, estes passavam a ser equiparados aos demais cidadãos, principalmente do ponto de vista das instituições políticas brasileiras, apesar da manutenção de suas características culturais e de uma organização comunitária autônoma. Tal tipo de elaboração distancia-se dos fatos e testemunhos examinados, necessitando uma urgente revisão por parte dos historiadores. Esta ideia também encontra sua crítica mais contundente na concepção de que uma integração não pode ser admitida apenas como um mero status jurídico. Este debate deverá sempre levar em conta que a

---

<sup>2</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichman de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, S.P.: Papyrus, 1988. Pág. 157.

inexistência de uma integração não resulta das leis que a conduzem, mas sim das contradições existentes entre o Estado e a sociedade burguesa<sup>3</sup>.

A tentativa de eliminação dos conflitos sociais existentes no interior das sociedades, transformando-os em diferenças ou embates de caráter nacional constituiu uma prática recorrente, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX. Este fenômeno, já analisado pela historiografia contemporânea, foi uma das principais vias para a consolidação das propostas políticas mais conservadoras, cuja expressão encontramos no ultranacionalismo e no nazifascismo europeu<sup>4</sup>.

No Brasil dos anos 30 e 40, a tentativa de suprimir a fragmentação da sociedade em grupos hostis entre si, negando as lutas sociais, a existência de ricos e pobres, trabalhadores e possuidores, produzia um discurso de unidade que apontava para a existência de uma única contradição: brasileiros e não brasileiros. Nestes momentos ressurgiu o sentimento nacionalista, alimentado pelas agências do Estado, buscando produzir o consenso.

O sentimento nacionalista, segundo W. Reich<sup>5</sup>, está intimamente ligado a sentimentos religiosos mais ou menos obscuros, mais ou menos apresentados com roupagens racionalizantes. O nacional socialismo e a Igreja se apoiam na afetividade mística das massas e têm êxito nisso. Neste sentido, a construção de um ideário que propunha a unidade dos “iguais” e a marginalização dos “diferentes”, calcado no estigma do “estrangeiro”, o “estranho”, o “outro”, aquele que não faz parte da comunidade nacional e que deve ser observado, vigiado, controlado, para que não cause danos à tão almejada unidade nacional.

Ao examinarmos os grandes fluxos migratórios de judeus para o Brasil no século XX, constataremos que estas se deram nos anos 30, 40 e 50, principalmente em momentos de crise da ideologia nacional, que se refletia na ascensão de uma ideologia nacionalista<sup>6</sup>. Partindo da ideia de que o discurso nacionalista expressa a apropriação de uma ideologia nacional

<sup>3</sup> MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

<sup>4</sup> FONTES, Virgínia. História e conflito. In MATTOS, Marcelo Badaró (org), *História – pensar e fazer. Niterói: Laboratório Dimensões da História*. UFF, 1998.

<sup>5</sup> REICH, Wilhelm. *Psicologia de massa do fascismo*. Cidade do Porto: Publicações Escorpião, 1974.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Lucio Flavio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.

por uma ou mais classes ou fração de classe<sup>7</sup>, podemos compreender os mecanismos que geraram a estruturação da ideia de uma união nacional ou “união dos brasileiros”, excludente em relação às demais nacionalidades.

Durante a vigência do Estado Novo, o discurso oficial procurava legitimar uma certa ordem política e social. Dirigido à “alma coletiva”, não era um discurso abstrato, mas sim baseado em experiências históricas anteriores, em um passado comum. Combinando o individual com o coletivo e definindo o Estado como a corporificação do indivíduo, a nova ordem apontava para o fortalecimento de uma “brasilidade” que excluía e se contrapunha a tudo o que não tivesse nela contido. O esforço para edificar uma união nacional, na verdade, se constituía na tentativa de anular os conflitos sempre presentes em uma sociedade de classes.

A estreita vigilância sobre os imigrantes, e em especial sobre a comunidade judaica e a produção de documentos informando sobre suas instituições – seu funcionamento, objetivos – por parte das polícias políticas demonstra a existência destas duas questões: em primeiro lugar a desconfiança sobre todos aqueles que, organizados, poderiam constituir uma ameaça à “paz social” e, em segundo lugar a necessidade de assegurar que a atuação dos não brasileiros não comprometeria a tão almejada união nacional.

No início dos anos 40, este fenômeno encontra sua versão mais explícita: o antissemitismo que se apresentava como uma espécie de paixão. Uma forma de ódio ou ira. Não se tratando de um antijudaísmo, mas sim de uma nova forma de ódio aos judeus, que se opunha à sua assimilação<sup>8</sup>, evidenciando a ideia de serem uma nação não contida na comunidade nacional em que se encontravam:

Os judeus que atuam a domicílio, que não pagam impostos, cujas mercadorias não têm sequer o selo de imposto de consumo, possuem uma organização perfeita – uma verdadeira máquina de guerra dirigida por um Estado Maior oculto, constituído de capitalizadores e contrabandistas que vivem à tripa forra, ostentando as suas enxúndias nos banhos de mar em Copacabana e frequentando os ‘grills’ em busca de relações sociais...Dividiu este Estado Maior a cidade em ‘setores’. Assim, Jacob, vendedor de ‘fourrures’ em Botafogo, não pode ir aos lares de Copacabana que pertencem, no ramo, ao patricio

<sup>7</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*

<sup>8</sup> TRAVESSO, Enzo. *Les Marxistes et la Question Juive*. Paris. La Brèche, 1990.

David. Quem negocia com ‘fourrures’ não pode, por outro lado, vender fazendas. Quando a freguesa precisa de um corte de seda, ele encaminha outro. Fecha-se, assim o círculo.(...)

Enquanto isso, o comércio varejista, que tem pesados encargos, vai sofrendo a concorrência desleal. Tão forte, que muitas casas já adotaram o sistema das prestações com os judeus disfarçados...

Uma praga os tais judeus. Lesam o fisco. Prejudicam o comércio honrado. Promovem a dissolução da família. Urge varrer daqui esse lixo social<sup>9</sup>.

A conjuntura desta década era bastante propícia a publicações deste tipo e à explicitação destes conceitos. Disseminava-se a ideia de um darwinismo social, difundindo a noção de que o “não brasileiro” poderia ser o responsável pelos males do país. Mas este é precisamente o momento em que o modelo econômico e político encontra-se em crise e é necessário mover a atenção das massas para aqueles que são entendidos como sendo alheios à comunidade. A noção de que o antissemitismo seria sintoma de uma decomposição da sociedade já era defendida, no início do século, por Rosa Luxemburgo. Como na República Velha, encontrava-se nova saúva, representada principalmente pelo judeu, imigrante que ocupava espaços numa economia em crise, organizava programas de solidariedade e ajuda mútua, construindo formas de manutenção da coesão social em sua comunidade. Era o “outro”, uma nação alheia, ingerida na “grande nação” em construção no Brasil, que deveria ser preservada. Tal procedimento ia de encontro à necessidade de produzir um objeto de curiosidade, desconfiança e hostilidade:

Segundo Sartre, se um homem atribui, no todo ou em parte os problemas do país e seus próprios problemas à presença de elementos judeus na comunidade, ele se propõe a remediar esse estado de coisas privando os judeus de certos direitos, afastando-os de certas funções econômicas e sociais, expulsando-os do território ou exterminando-os a todos, diz-se que ele tem opiniões antissemitas<sup>10</sup>. Mas a situação sobre a qual nos debruçamos se estende para além da opinião, ou de

comportamentos individuais, pois nos remete à ação do Estado brasileiro em relação aos judeus no período abordado.

Além das questões acima, ainda pesava sobre os judeus uma suposta associação entre judaísmo e comunismo. Com o crescimento do movimento comunista no Brasil em meados da década de 1930 e, principalmente, após o levante de 1935, políticos e intelectuais como Gustavo Barroso e a própria imprensa chamavam a atenção da população para as origens judaicas de Harry Berger e Olga Benário, militantes do Partido Comunista, por ocasião de sua prisão.

Com a ascensão dos regimes totalitários, o mito explicativo expresso pelo antissemitismo ganhou maiores proporções e passou a fazer parte do discurso oficial. A extensão deste fato não se limitou à Europa. No Brasil, as políticas públicas demonstram claramente a existência deste fenômeno. A burocracia do Estado, durante a Era Vargas, defendia limites cada vez mais rígidos para a política migratória, limitando ou encerrando a entrada de judeus, o que será estabelecido pelo Itamaraty em 1937<sup>11</sup>.

Na década de 1940, além de elaborar uma política de imigração, na qual o Conselho de Imigração e Colonização – C.I.C. – debatia formas legais de restringir a chegada de “raças indesejáveis” (africanos, japoneses e judeus), o Estado buscava também se assegurar de que os judeus que já se encontravam aqui radicados e organizados em instituições comunitárias não constituiriam uma ameaça à segurança pública.

Em 1944, com a criação do Departamento Federal de Segurança Pública, subordinado diretamente ao Ministério da Justiça, foi extinta a DESPS. Em seu lugar organizou-se a Divisão de Polícia Política e Social – DPS. O objetivo desta mudança administrativa era aprofundar as investigações, principalmente sobre integralistas e estrangeiros, em especial os originários dos países do Eixo. Com o fim da Segunda Guerra e o advento de uma nova conjuntura – a Guerra Fria – os estrangeiros visados pelas investigações passaram a ser todos aqueles que vinham dos chamados países comunistas.

A DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social – exercia vigilância sobre as instituições e os membros das comunidades

<sup>9</sup> HOLANDA, Rafael. *Raça eleita*. Rio de Janeiro. Ed. Alba, 1940. folheto número 153 da Coleção DESPS do APERJ, Pág. 13

<sup>10</sup> SARTRE, Jean-Paul. *A Questão Judaica*. São Paulo: Ática, 1995

<sup>11</sup> LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão judaica – imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

formadas por imigrantes estrangeiros, principalmente os de origem judaica, norteadas por dois princípios: prevenção e repressão. Tendo como pressuposto a ideia de que toda e qualquer instituição poderia abrigar uma conspiração contra o Estado e que qualquer indivíduo era passível de fazer parte desta conspiração, tudo deveria ser estreitamente vigiado: sindicatos, jornais, partidos políticos, clubes, associações, escolas e até sinagogas. Cabia então à polícia política a função de reunir e analisar o maior número possível de informações, com o objetivo de garantir a ordem política da nação brasileira, possibilitando ações repressivas capazes de recuperar a “paz social” e eliminar qualquer tipo de ameaça.

A estrutura destas instituições e o volume de informações colhidas pelos seus integrantes – policiais e investigadores – podem nos fornecer uma ideia da sua importância neste período. Constituíam ferramentas fundamentais para a política de vigilância e repressão empreendida pelo regime e nos dão uma ideia de como a comunidade judaica foi objeto de suspeição por parte do Estado, sendo intensamente vigiada pela polícia política.

Desta forma foram fichadas, nos órgãos de segurança do Rio de Janeiro todos os tipos de instituições pertencentes à comunidade judaica, independente dos seus propósitos ou de seus objetivos. As fichas encontradas em um primeiro levantamento pertencem às seguintes organizações:

Agência Judaica, American Jewish Joint Distribution Committee, Banco Israelita Brasileiro S/A, Biblioteca Israelita Brasileira Scholem Aleichem, Biblioteca Israelita Engenheiro Michael Kleipfisz, Biblioteca Israelita H. N. Bialick, Brigada Judaica, Centro da Comunidade Israelita, Centro e Escola Israelita Brasileira Max Nordau, Centro Israelita Bene Hertzl, Clube dos Cabiras, Clube Hebraico Brasileiro, Colégio Hebreu Brasileiro, Colégio Israelita I.L. Peretz, Colégio Talmud Torá, Comitê Centenário do Centro Hebreu Brasileiro, Comitê de Socorro aos Israelitas Vítimas da Guerra, Comitê Auxiliar do Joint de São Paulo, Comitê Auxiliar do Joint do Rio de Janeiro, Comitê Central do Keren Kaiemeth da Palestina, Comitê da Organização Sionista Revisionista do Brasil, Comitê de Ação Sionista, Comitê de Auxílio aos Imigrantes Judeus Yugoslavos, Comitê de Socorro aos Israelitas da Bessarábia, Comitê de SOS aos Israelitas Sobreviventes de Ostrowiecz, Comitê do Keren Kayemet do Brasil, Comitê do Keren Hayessod, Comitê do Keren Kaiemet de Israel, Comitê dos Bessarabianos do Rio de Janeiro, Comitê dos Israelitas da Bessarábia, Comitê dos Judeus de Ostrowiz,

Comitê Juvenil Unido de Emergência Pro Haganah, Comitê Karen Ha Herut, Comitê Pro Assirei Sion, Comitê Pró Yeshivot do Lubavitcher, Confederação Israelita do Brasil, Confederação das Sociedades Judaicas do Brasil, Congresso Judaico, Congresso Mundial Judaico, Congresso Mundial Sionista, Convenção Sionista Interestadual, Departamento Juvenil da Biblioteca Israelita Brasileira Scholem Aleichem, Embaixada do Estado de Israel, Escola Hebreu Brasileiro, Executivo Sionista Jerusalém, Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro, Firma Jacob Steinberg, Grêmio Cultural Esportivo H. B. Chaim Weizman, Grêmio Cultural e Esportivo Macabi, Grêmio Cultural e Recreativo Macabeus, Grêmio Cultural e Recreativo Macabi, Grêmio Cultural e Recreativo Stefan Zweig, Grêmio Recreativo Cadima, Instituto Científico Israelita de Nova Iorque, Instituto Científico Weizman do Rio de Janeiro, Instituto Judaico de Educação e Cultura, Instituto Popular Israelita de Cultura e Educação, Jornal Israelita Ilustrado, Jornal Israelita, Juventude Israelita Brasileira, Liga Hebraica do Rio de Janeiro, Liga Obreira Pró Palestina, Movimento Israelita Contra o Racismo e o Antissemitismo, Movimento de Resistência Judaica na Palestina, Organização Feminina Sionista, Organização Juvenil Poalei Sion, Histadrut, Organização Juvenil Sionista Unificadora do Brasil, Organização Juvenil Socialista Dror, Organização Magirt Hameuchedet, Organização Mundial Judaica de Imigração, Organização Mundial Judeus Sefaradim, Organização Sefaradim Universal, Organização Sionista do Brasil, Organização Sionista Feminina Wizzo, Organização Sionista Mundial, Organização Sionista Revisionista Unida do Brasil, Organização Sionista Unificada de São Paulo, Organização Wizzo Juvenil, Representação Israelita do Rio de Janeiro, Revista Aonde Vamos, Sociedade Brasileira dos Amigos da Universidade Hebraica de Jerusalém, Sociedade Brasileira dos Amigos da Universidade Hebraica de Jerusalém em São Paulo, Sociedade Beneficente Israelita, Sociedade dos Amigos da Universidade de Jerusalém, Sociedade dos Israelitas da Polônia, Sociedade dos Israelitas de Ostrowiecz, Sociedade Israelita de Educação, Sociedade Israelita de Organização e Reconstrução e Trabalho ORT, Sociedade Israelita Sefaradim, Sub Comitê dos Israelitas Poloneses, Teatro Israelita de Amadores, União Associação Beneficente Israelita, União Beneficente Maghen David, União dos Israelitas Sefaradins do Brasil<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de Assuntos Indexados em Microfilme*. Fundo DPS. Série “Fichas Verdes”. Rio de Janeiro, 1988.

As instituições listadas acima possuem origens e propósitos bastante diferentes. Um destinavam-se a promover auxílio financeiro aos recém chegados, refugiados da Europa em guerra, outras eram associações culturais que cultivavam e disseminavam literatura, música e teatro. Algumas eram instituições de caráter político, tendo, inclusive, vínculos com partidos que atuavam clandestinamente no Brasil. Encontramos na listagem agremiações sionistas ao lado de escolas e clubes meramente esportivos e recreativos ou de associações religiosas. Todas eram fichadas e controladas indiscriminadamente, independente de seu caráter e objetivo, o que demonstra que a vigilância exercida pelo Estado brasileiro não se limitava àquelas que possuíam fins políticos ou partidários, mas a toda e qualquer forma de organização comunitária.

Além dos fichamentos, os investigadores procuravam, através da troca de informações e relatórios, entender as funções de cada uma das instituições apontadas. Para isso, muitas vezes descreviam as reuniões, nomeando cada um dos presentes, anotando os temas discutidos e as decisões tomadas. No dossiê intitulado “Biblioteca Israelita Scholem Aleichem”, encontram-se as seguintes informações, datadas de 5 de outubro de 1942:

Promovida pela Biblioteca Israelita Brasileira Scholem Aleichem, realizou-se, hoje no Instituto Nacional de Música, uma noite lítero-musical, em benefício das vítimas dos torpedamentos de navios nacionais. Abrindo a sessão, o Sr. Schaia Lozinski falou sobre a cooperação dos judeus na luta contra Hitler, não só no Brasil como também nos exércitos russos, onde eles perfazem um total de cinco milhões de homens. Em seguida, usou da palavra o Sr. Jacob Vainstock, representante do Grêmio Hebreu Brasileiro, que reafirmou, mais uma vez, a solidariedade hipotecada ao Governo do Brasil pelo aludido Grêmio, quando do rompimento com os países do Eixo<sup>13</sup>.

Outro relatório, datado de 22 de novembro de 1942, descreve a eleição da diretoria da Biblioteca Israelita Brasileira Scholem Aleichem – BIBSA, indicando o nome de cada um dos membros escolhidos.

A BIBSA era alvo de intermitente vigilância, dado o seu caráter político e a orientação ideológica de seus membros, mas, nem mesmo as

---

<sup>13</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório Reservado n. 230*. Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Geral. Pasta 39.

atividades das sinagogas passavam despercebidas dos investigadores. No Dossiê “Sinagoga Religiosa Israelita Agudat Israel”, além da narrativa minuciosa da reunião em que se realizou a eleição da diretoria, listando os nomes de todos os seus membros, encontra-se a seguinte anotação:

Julio Pustilnick, membro da Diretoria da Sinagoga Religiosa Israelita Agudat Israel, figura registrada na S-4, em virtude de haver sido preso em 5.11.1937, por suspeitas de exercer atividades comunistas, sendo posto em liberdade em 9.11.1937, visto nada ficar apurado contra a sua pessoa. Tal fato, devido a sua pronta solução, segundo opina a S-2, não é de molde a inibi-lo de exercer o cargo para o qual foi escolhido<sup>14</sup>.

Em alguns documentos são transmitidas ordens expressas, no sentido de:

Deter os responsáveis pela ‘Biblioteca Israelita H. N. Bialick’, que fez realizar uma campanha financeira pelo aumento da ‘Biblioteca’, pelo sistema denominado ‘Cadeia pela Imprensa’ e contrariando a orientação desta D.E. ao usar formulários impressos em idioma israelita sem a devida tradução, o que implica o desprezo ao caráter brasileiro da agremiação assim registrada no M.J.N.I.

Tomar declarações, adverti-los e pondo-os, em seguida, em liberdade<sup>15</sup>.

O documento em pauta, apreendido pelos investigadores, encontra-se anexado ao dossiê produzido pela polícia política sobre a Biblioteca Bialik. Um exame preliminar já contesta a acusação contida no relatório: tratava-se de um documento bilíngue. Em um lado o formulário estava escrito em português e em outro em iídiche, idioma corrente entre os judeus originários da Europa. Intitulado “Campanha pela Imprensa”, trazia a chancela da Biblioteca N. Bialick e seu endereço, o que demonstrava ser uma instituição legalizada e pública.

---

<sup>14</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê “Sinagoga Religiosa Israelita Agudas Israel”*. Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Diversos. Pasta 8

<sup>15</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê “Biblioteca Israelita H. N. Bialik”*. Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Geral. Pasta 2.

A Biblioteca Bialik era alvo de vigilância constante. Em dezembro de 1955, o Chefe da Seção da DPS encaminhava ao Departamento Federal de Segurança Pública a seguinte informação:

Relativamente à 'Biblioteca Israelita H. N. Bialick', consta nessa Seção o seguinte: 'Embora seja uma agremiação de caráter cultural, trata-se da antiga Organização da Juventude Sionista 'Hatchia', dissolvida em 1938, em virtude do Decreto n. 383, por ser de caráter político. Posteriormente foi reorganizada sob a denominação acima, estando atualmente, exercendo francamente atividades sionistas, isto em 1948.

Quanto aos membros da Diretoria da mesma, apenas figuram aqui registrados:

Moises Fang e Caron Chaimson, nomes idênticos fichados na Seção Secreta desta Divisão<sup>16</sup>.

O trabalho de investigação não tinha como objetivo apenas o controle sobre a atuação dos membros da comunidade judaica. Era preciso também produzir algum conhecimento sobre as funções de cada instituição e entender os laços existentes entre elas para melhor controlar seu funcionamento, podendo, assim, intervir, caso viessem a representar algum perigo para a nação brasileira. No memorando n. 35, datado de 29 de dezembro de 1955, o Chefe da Seção procura fornecer uma explicação sobre o que era a Organização Sionista Unificada do Brasil:

Trata-se de uma espécie de federação de diversos grupos sionistas políticos, que tem por finalidade a restauração de um Estado Judaico na Palestina e o incremento da imigração judaica naquele país. Fazem parte da citada organização os seguintes grupos:

Sionistas Gerais (moderados)

Organização Mizrachi (Sionistas religiosos)

'Wizo' Organização Feminina Sionista

Bloco Pro Palestina Operária (esquerda sionista ou socialista-sionistas) – Este último grupo é por sua vez constituído de:

Organização Dror'

Hashomer Hatzair do Brasil

Histadrut"<sup>17</sup>

É importante ressaltar que estes últimos relatórios foram produzidos na década de 1950, momento que, dado o fim da Guerra e a implantação de novas relações entre o Estado e sociedade no Brasil, a historiografia passa a considerar como um interregno democrático. No entanto, o volume de documentos produzidos pelas polícias políticas neste período não é menor do que o produzido no período anterior, assim como suas características não diferem fundamentalmente daqueles que foram feitos durante o regime autoritário de Vargas, o que nos leva também a um questionamento a respeito da ideia de redemocratização a partir de 1945, e à constatação de que o Estado brasileiro mantém, sobre a comunidade judaica, o mesmo olhar de suspeição existente no período anterior.

Os anos que compreendem o final do século XX e a possibilidade de rupturas estruturais, expressas pela existência de profundas crises sociais, principalmente pelo colapso da relação entre trabalho e capital nos levam a refletir sobre a possibilidade do ressurgimento dos sectarismos políticos e de novas atmosferas de restrição social, apesar do decantado "fim das ideologias". Portanto, a proposta de reiniciar uma discussão sobre as ideologias e políticas públicas de caráter excludente encontra suas bases no exame destas ideias e ações em nosso passado recente.

A documentação produzida pelas polícias políticas acerca dos judeus no Rio de Janeiro possui uma enorme riqueza de informações a respeito do passado desta comunidade, sendo importante instrumento para repensar as suas relações com o Estado brasileiro. As políticas oficiais elaboradas com vistas a garantir a integridade da nação brasileira frente a uma possível ameaça representada pelos judeus vindos da Europa e aqui radicados constituem expressões importantes sobre estas relações e exprimem a forma como o Estado e a nação brasileiros percebiam os judeus nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

<sup>16</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório encaminhado em resposta ao Memorando n. 43 da S.A.E.* Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Diversos. Pasta 8.

<sup>17</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Memorandum n. 35 da SAE. Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Estados. Pasta 9.

**Fontes Secundárias:**

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- DE FONTETTE, François. *História do Antissemitismo*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1989.
- FONTES, Virgínia. “História e Conflito”. In MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História – pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História. UFF, 1988.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica – imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 19995.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. *A questão judaica*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo. Ed. Difel, 1968.
- TRAVESSO, Enzo. *Les Marxistes et la Question Juive*. Paris. La Brèche, 1990.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eíáman de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, S.P.: Papirus, 1998.

**Fontes Primárias:**

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de Assuntos Indexados em Microfilme*. Fundo DPS. Série “Fichas Verdes”. Rio de Janeiro, 1988.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório reservado n. 230*. Departamento Federal de Segurança Pública.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê “Sinagoga Religiosa Israelita Agudas Israel”*. Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Diversos. Pasta 8.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê “Biblioteca Israelita H. N. Bialik”*. Departamento Federal de

Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Geral. Pasta 2.

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório encaminhado em resposta ao Memorandum n. 43 da S.A.E.* Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Diversos. Pasta 8.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Memorandum n. 35 da S.A.E.* Departamento Federal de Segurança Pública. Fundo Polícias do Rio de Janeiro. Setor Estados. Pasta 9.
- HOLANDA. Rafael. *Raça eleita*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1940. Folheto número 153 da Coleção DESPS do ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.